

ILUSTRÍSSIMO SENHOR PREGOEIRO DO SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM DO COOPERATIVISMO DO ESTADO DO PARÁ- SESCOOP-PA.

Ref.: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 004/2023

A **SODEXO PASS DO BRASIL SERVIÇOS E COMÉRCIO S/A**, pessoa jurídica de direito privado inscrita no CNPJ sob nº 69.034.668/0001-56, com sede na Avenida Dra. Ruth Cardoso, nº 7.221, bloco A, Conj. 901 – 9º andar, Edifício Birmann 21, Pinheiros, São Paulo/SP, CEP 05425 -902, endereço eletrônico: talita.teizen1@sodexo.com, por sua procuradora, conforme documentos já atrelados aos autos do processo licitatório em questão, vem, respeitosamente, à presença do Ilustre Pregoeiro, **APRESENTAR CONTRARRAZÕES AO RECURSO ADMINISTRATIVO INTERPOSTO PELA EMPRESA VÓLUS INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTO LTDA**, com fulcro no inciso XVIII, do art. 4º, da Lei Federal nº 10.520/00, c/c o item 8.2, do Edital em questão, pelas razões de fato e de direito a seguir aduzidas.

I - BREVE HISTÓRICO

Trata-se de processo licitatório promovido pela Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo do Estado do Pará, por meio de Pregão Eletrônico nº 004/23, visando à *“contratação de empresa especializada na disponibilização de benefício de Vale Alimentação e Vale Combustível, no âmbito municipal, estadual e nacional, para no mínimo 22 Funcionários e demais beneficiários do SESCOOP/PA, pelo período de 12 meses conforme condições e especificações constantes neste Edital e seus anexos”*.

Após a análise das propostas apresentadas foram classificadas as empresas **Sodexo, Vólus e Maxxcard**, e em seguida foi realizado SORTEIO, sendo a empresa **Vólus** sorteada em 1º lugar. Ocorre que, após a análise da Rede credenciada requerida no edital a empresa Vólus foi inabilitada por não cumprimento integral da exigência:

25/10/2023 às 09:51:20 Licitantes, a comissão de licitação realizou diligência dentro da rede mínima credenciada constante do edital, importando na verificação do não cumprimento integral de exigência de cobertura com relação ao lote 1. Além disso, o representante da empresa tentou contato pessoal, mensagem escrita e de áudio, o que não é prática em nenhum de nossos processos licitatórios. É importante que se diga que o fim desta licitação é a contratação da melhor rede de cobertura para atendimento dos funcionários, de nada valendo contratar uma rede que, conforme diligência apresenta instabilidade e ausência de rede efetiva de cobertura. Frise-se que no município de Santarém, dos estabelecimentos verificados, apenas dois aceitavam e ainda com incidência de falha. Assim, inabilitamos a empresa VOLUS INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTO LTDA, por não cumprimento integral das exigências do edital.

Após a inabilitação da empresa Vólus ocorreu novo sorteio, o qual a empresa Maxxcard foi sorteada em 1º lugar. Ocorre que, após análise dos documentos de habilitação foi inabilitada por não enviar a documentação completa:

25/10/2023 às 17:12:13 Diante do não envio da documentação completa da habilitação exigida em edital, inabilitamos a empresa MAXXCARD. Será realizada a análise da documentação da terceira classificada. Retornaremos a sessão amanhã dia 26/10/2023 às 9h.

Sendo assim, passou-se a análise documental da SODEXO, bem como diligência da Rede Credenciada apresentada, a qual foi declarada vencedora por cumprir todos os requisitos.

Inconformada com a decisão do Sr. Pregoeiro, a empresa Vólus manifestou intenção de recurso, objeto desta análise.

II – DA TEMPESTIVIDADE

Conforme disposto no item 8.2 do Edital, findo o prazo para a apresentação das razões recursais pelas Recorrentes, ficam intimadas as demais licitantes para que, querendo, apresentem, no prazo de 2 (dois) dias úteis, contrarrazões aos argumentos nele levantados.

In casu, o prazo final para apresentação das razões recursais vence no dia 01/11/23 (o que foi respeitado pela Recorrente) e o término para contrarrazoar é no dia 06/11/23, uma vez que ocorreu o feriado nacional de finados no dia 02/11/23.

Deste modo, as contrarrazões ao recurso interposto são tempestivas e devem ser recebidas em seus regulares efeitos para que o mérito nela constante seja apreciado, e ao final provido para fins de manutenção da decisão da Sra. Pregoeira e Equipe de Apoio que declarou a SODEXO vencedora do certame.

III – DO MÉRITO

A empresa Vólus, em suas alegações recursais, intenta que a diligência deveria ter sido realizada, indicando um outro CNPJ, diverso do CNPJ da Vólus, com o qual participou desta licitação. Resumindo, ela informa que a diligência deveria ter sido feita através de um CNPJ sem qualquer vínculo com o processo de licitação em questão.

Entretanto, a alegação acima é infundada, induzindo a erro, com função protelatória, merecendo ser improvida.

III.I – DO NÃO ATENDIMENTO A EXIGÊNCIA DA REDE CREDENCIADA

A Recorrente busca atender ao quesito disposto no item 9, do edital, e **item 07 e no item 11.1.46 do Anexo I do Edital - Nota Técnica** através da implementação de arranjo de pagamento aberto, oportunidade em que a Recorrente atuaria como simples emissora de cartão (denominada como Emissora) e a bandeira do cartão ELO (denominada como Credenciadora) disponibilizaria a sua rede credenciada (estabelecimentos físicos ou digitais) para transação dos cartões emitidos pela Recorrente.

Vejamos em termos práticos as principais obrigações em torno do objeto demandado, sem prejuízo de outras, para entendermos melhor o alcance pretendido pela Recorrente:

Primeira: Emitir os documentos de legitimação (cartão alimentação/refeição);

Segunda: disponibilizar os créditos no valor e data determinada pelo Contratante/Administração Pública; e

Terceira: credenciar e gerenciar a rede de estabelecimentos aptos a transacionarem o cartão alimentação/refeição.

Ilustrando o acima dito num quadro sintetizado, têm-se:



Destaca-se que o simples descumprimento de uma das pontas do triângulo acima culminará em interrupção total da execução contratual, de tal sorte que tais obrigações constituem o núcleo central do objeto licitado, não se devendo passar por meros deveres contratuais sem correlação à plena fruição do benefício e às necessidades essenciais dos usuários do benefício concedido.

Ademais, cabe reconhecer que **é justamente na rede credenciada a materialização ou fruição do benefício** concedido. É justamente no estabelecimento comercial o momento em que o usuário do cartão adquire os alimentos *in natura* ou as refeições prontas.

Portanto, a listagem de rede constitui uma obrigação sem a qual é impossível a fruição regular do benefício concedido, motivo pelo qual, não se deve transferir esta obrigação a terceiros.

Eis a razão pela qual a rede credenciada é o ponto central nos estudos técnicos realizados para estimar a real necessidade dos usuários da SESCOOP-PA.

Por sua relevância **não admitem** – frisa-se, corretamente - **a possibilidade de subcontratação**, conforme **disposto no item 3.1.25**, da minuta do contrato.

Neste sentido, em relação à diligência, a Recorrente pontuou em seu instrumento recursal que:

*“O que pode ter ocorrido é que no momento da consulta presencial a rede credenciada foi indagado aos comerciantes sobre a aceitabilidade da bandeira **VÓLUS**.”*

Como haveria de ser diferente o procedimento adotado pelo SESCOOP PA ao indagar a rede credenciada, se foi a empresa Vólus (CNPJ VÓLUS) quem participou da licitação?

Tendo por base que a subcontratação integral ou parcial é vedada neste Certame, não se deve admitir a transferência de certas obrigações contratuais para terceiros estranhos ao negócio jurídico pactuado, tal qual pretende a Recorrente ao buscar atender o quesito da Rede Credenciada mínima oferecida por outra empresa.

Ademais, conforme bem relatado no chat da Plataforma de Licitações do Banco do Brasil, *“o fim desta licitação é a contratação da melhor rede de cobertura para atendimento aos funcionários, de nada valendo contratar uma rede que, conforme diligência apresenta instabilidade e ausência de rede efetiva de cobertura. Frisa-se que no município de Santarém, dos estabelecimentos verificados, apenas dois aceitavam e ainda com incidência de falha”*. (Motivo da inabilitação da empresa Vólus registrado pela Sra. Pregoeira).

Diante disso, não merece prosperar as argumentações da Recorrente, seja por não atender 100% das regras do edital ou por submeter os serviços demandados pela SESCOOP PA para um terceiro estranho à relação contratual, sem qualquer relação com este procedimento licitatório.

IV - DOS PEDIDOS

Diante do exposto, requer-se o **IMPROVIMENTO** do Recurso Administrativo apresentado pela licitante VÓLUS, **mantendo-se incólume o ato do Sr. Pregoeiro e Equipe de Apoio que declarou a Recorrida como vencedora do certame**, por ter respeitado inteiramente as disposições contidas no Edital, como medida de justiça.

São Paulo/SP, 03 de novembro de 2023.

SODEXO PASS DO BRASIL SERVIÇOS E COMÉRCIO S.A.

CNPJ: 69.034.668/0001-56

Talita Teizen do Valle

Consultora Administrativa de Mercado Público

OAB/SP nº 363852

